



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Instrução n.º 2554/2012

**Dispõe sobre concessão de férias aos
funcionários do Crea-SP e revoga a
Instrução n.º 2517/2010.**

O Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, Engenheiro civil Francisco Kurimori, no uso de suas atribuições regimentais, em especial o disposto nos incisos III, XXXI do art. 90,

Resolve aprovar a seguinte instrução:

Art. 1º. Os critérios e procedimentos abaixo discriminados no tocante à concessão de férias aos funcionários deste Conselho Regional deverão obedecer as disposições estabelecidas nesta Instrução.

Capítulo I

DOS CRITÉRIOS DE DIREITOS E DURAÇÃO

Art. 2º. Após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, o funcionário terá direito a férias na seguinte proporção:

Nº de faltas injustificadas	Quantidade de dias de direito
Até 5	30
De 6 a 14	24
De 15 a 23	18
De 24 a 32	12
+de 32	0

Art. 3º. Não terá direito a férias o funcionário que no curso do período aquisitivo:

I - permanecer em gozo de licença remunerada por mais de 30 (trinta) dias;

II - tiver percebido da Previdência Social, prestações de acidente de trabalho ou auxílio-doença por mais de 06 (seis) meses, mesmo que descontínuos.

III - na situação disposta no inciso anterior, iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o funcionário retornar ao trabalho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Art. 4º. O gozo de férias é contado em dias corridos.

§ 1º No caso do funcionário adoecer estando em gozo de férias, estas não serão suspensas, fluindo normalmente o período.

§ 2º Em persistindo a doença, e o funcionário permanecer ausente após o término das férias, a contagem dos primeiros 15 (**quinze**) dias será feita a partir da data em que o funcionário deveria ter retornado ao trabalho.

Capítulo II DA ÉPOCA DA CONCESSÃO

Art. 5º. As férias deverão ser gozadas de acordo com as necessidades do Crea-SP, e sempre que possível, que atenda aos interesses do funcionário.

Parágrafo único. O funcionário deverá apresentar sua Carteira de Trabalho e Previdência – CTPS, antes de entrar no gozo das férias, para a anotação da concessão.

Art. 6º As férias serão concedidas até o 11º (décimo primeiro) mês subsequente à data em que o funcionário tiver adquirido o direito e iniciar-se-ão sempre no 1º (primeiro) dia útil da semana.

Parágrafo Único. Não será permitido ultrapassar o prazo limite estabelecido para o funcionário entrar em gozo de férias.

Capítulo III DO PARCELAMENTO DAS FÉRIAS

Art. 7º. As férias serão concedidas em um só período, salvo se houver necessidade de fracionamento em dois períodos, por parte da empresa ou do funcionário.

§ 1º Em casos excepcionais as férias poderão ser concedidas em 02 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 2º O gestor, de acordo com a necessidade da empresa, deverá se manifestar, por escrito, a respeito da excepcionalidade e encaminhar junto com a Programação Anual de Férias, ou quando houver alteração da programação durante o ano e formalizados à Unidade de Pessoal - Departamento de Finanças e Pagamentos/Supcon.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Art. 8º Aos menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 50 (cinquenta) anos, as férias serão concedidas de uma só vez.

Capítulo IV DA PROGRAMAÇÃO DE FÉRIAS

Art. 9º - A Unidade de Pessoal deverá informar aos gestores, no mês de setembro, acerca dos prazos e dos procedimentos a serem adotados para que seja efetuada a Programação Anual de Férias dos funcionários.

§ 1º. A Unidade de Pessoal receberá e analisará a programação anual de férias e caso constate eventuais problemas legais, ou que contrariem esta Instrução, solicitará providências, acompanhando e prestando a devida assistência quanto às dúvidas e esclarecimentos necessários.

§ 2º. Após a programação de férias, as mesmas somente poderão ser alteradas com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes do início do gozo.

§ 3º Em casos excepcionais, e devidamente aprovados pelo Presidente ou a quem ele delegar, a programação poderá ser alterada independente do prazo acima.

Art. 10 – É de responsabilidade do gestor a programação de férias de seus funcionários, de forma a não haver prejuízos às atividades executadas/desenvolvidas na Unidade ou Departamento.

Art. 11 – Dentro de uma mesma Superintendência não poderá haver coincidência de férias entre o Superintendente, Gerentes de Departamento e Chefes de Unidade, salvo se o número destes for maior que o número de meses do exercício.

Art. 12 – Os funcionários que não tiverem suas férias programadas terão as férias concedidas compulsoriamente pela UPE/DFP/SUPCON, 60 (sessenta) dias antes do vencimento do segundo período aquisitivo.

Art. 13 – No caso de afastamento por auxílio-doença por ocasião da programação anual de férias, o gestor deverá encaminhar a programação de férias do funcionário afastado, à Unidade de Pessoal, tão logo o mesmo retorne ao trabalho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Capítulo V

DAS SUBSTITUIÇÕES POR OCASIÃO DAS FÉRIAS

Art. 14 - O substituto do funcionário que ocupa cargo de gestão deverá ser indicado pelo Superintendente da área.

§ 1º. Um substituto não poderá, em nenhuma hipótese, substituir simultaneamente, dois ou mais funcionários que estejam gozando férias.

§ 2º. Não serão concedidas férias sem que haja a designação do substituto.

Art. 15 - Será garantido ao substituto o pagamento da diferença existente, se for o caso, entre sua composição salarial e o primeiro degrau da Tabela de Cargos, Salários e Carreiras vigente no Crea-SP, referente ao cargo ocupado pelo substituído, desde que a substituição ocorra pelo prazo mínimo de 07 (sete) dias.

Capítulo VI

DO ABONO DE FÉRIAS

Art. 16 - É facultado ao funcionário converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

§ 1º. A opção pelo abono pecuniário deverá ser efetuada pelo funcionário quando da programação de férias.

§ 2º. A opção fora desse período poderá ocorrer apenas em caso de circunstância relevante, com a devida anuência do superior imediato e desde que a solicitação formal ocorra com no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência do período de gozo de férias.

§ 3º. Após a opção pelo abono pecuniário, o funcionário poderá cancelá-la com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes do início do gozo. O cancelamento da opção deverá ser efetuado por escrito e encaminhado à Unidade de Pessoal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Capítulo VII

DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA 1ª. PARCELA DO 13º. SALÁRIO

Art. 17 - A primeira parcela do 13º (décimo terceiro) salário poderá ser antecipada por ocasião das férias que o funcionário gozar no ano, excetuando-se os funcionários que saírem em gozo de férias no mês de dezembro. Feita a opção, o funcionário poderá cancelá-la com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes do início do gozo.

Parágrafo Único: O crédito relativo ao adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º(décimo terceiro) salário será efetuado juntamente com o pagamento das férias, exceto quando o funcionário iniciar o gozo de férias no mês de janeiro, ocasião em que o referido adiantamento será pago em fevereiro juntamente com o salário do mês.

Capítulo VIII

DOS BENEFÍCIOS

Art. 18 – No período em que o funcionário estiver em gozo de férias não terá direito ao adiantamento quinzenal, vale-transporte e vale-refeição.

Capítulo IX

DO PAGAMENTO DE FÉRIAS

Art. 19 – O crédito das férias será efetuado na conta corrente do funcionário, (02) dois dias úteis antes do início do período de gozo das férias.

Capítulo X

DO AVISO E RECIBO DE FÉRIAS

Art. 20 – A Unidade de Pessoal encaminhará ao funcionário o “Aviso de Férias” com 30 (trinta) dias antes do início do gozo.

Parágrafo Único. No prazo de até 02 (dois) dias corridos após seu recebimento o funcionário deverá devolver uma via assinada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Art. 21 – O funcionário receberá duas vias do “Recibo de Férias”, que deverá devolver uma via assinada à Unidade de Pessoal, no prazo de até 02 (dois) dias corridos após o recebimento do documento em questão.

Capítulo XI DO CONTROLE DE FÉRIAS

Art. 22 – Cabe ao gestor da área o controle das férias de seus subordinados.

Art. 23 – É vedado o trabalho para o Crea-SP durante o período de gozo de férias, sendo os gestores responsabilizados pelo fato, podendo sofrer sanções disciplinares.

Art. 24 – Durante o período de férias, o funcionário somente poderá acessar as dependências das Unidades do Crea-SP mediante a autorização dos gestores.

Art. 25 – Esta Instrução entra em vigor, na data da sua assinatura, revogando-se as disposições contrárias, em especial a Instrução n.º 2517, de 09 de novembro de 2010.

São Paulo, 28 de DEZEMBRO 2012.


Eng. Francisco Kurimori
Presidente